

Família Dart

GAZETA MERCANTIL

processa o BB, BC e Citibank

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A família Dart, detentora de cerca de US\$ 1,4 bilhão em títulos da dívida brasileira criados pelo acordo de 1988 com os credores privados, entrou ontem com um processo contra o Banco do Brasil, o Banco Central do Brasil e o Citibank numa corte de Nova York.

A petição pede o pagamento de juros atrasados e a aceleração do pagamento do principal dos Mydfas, sigla em inglês para "instrumento de depósito do acordo multianual".

Os Dart retiraram esses ativos da Salomon Brothers, Bankers Trust e outras instituições que têm interesses no Brasil e não queriam envolver-se com a disputa judicial, e os depositaram na subsidiária do Canadian Imperial Bank nas Ilhas Caymã, CIBC Bank and Trust Company. A pedido dos Dart, o CIBC contratou para iniciar o processo a firma de advogados Paul, Weiss, Rifkind, Wharton & Garrison.

Na origem da disputa judicial está a insatisfação dos Dart com o cardápio de opções negociado pelo Comitê Assessor de Bancos com o governo brasileiro, para converter a dívida de 1988 e os juros atrasados em

instrumentos com desconto do principal e juros pelas regras do Plano Brady.

Os Dart queriam trocar todos os seus ativos por um único papel, o Bônus C, que não oferece desconto algum, mas tem juros fixos que o País paga parcialmente por sete anos, capitalizando a diferença não paga. O Comitê Assessor e o governo brasileiro recusaram o pedido.

O Banco do Brasil entra no processo porque, na véspera da entronização do Plano Brady, em 15 de abril passado, o governo brasileiro decidiu que o banco estatal, também o maior credor externo do País, ficaria fora do acordo junto com a família Dart. Como o Banco do Brasil tem mais ativos da dívida antiga do País que os Dart, isso dificultaria um processo da família contra o País.

(Continua na página 19)

O efeito da iniciativa dos Dart sobre o valor dos títulos da dívida brasileira foi inesperado: "Em vez de cair, subiram. Minha impressão é de que os investidores perceberam que os papéis de Brasil, México, Argentina e Venezuela estão oferecendo retornos muito atraentes aos preços atuais, e começaram a comprar", disse Marcelo Fleury, da López León Brothers no Brasil.

Família Dart ...

por Getúlio Bittencourt
de Nova York
(Continuação da 1ª página)

A porta-voz habitual da família Dart, Melissa Krantz, não tinha informações ontem exceto pelo telefone da firma de advogados encarregada do caso. Um porta-voz da Paul, Weiss, Rifkind, Wharton & Garrison, Walter Rieman, distribuiu uma nota de quinze linhas e dois parágrafos sobre o tema. E a seguinte: "CIBC Bank and Trust Company (Cayman) Limited iniciou hoje uma ação na Corte Distrital dos Estados Unidos para o Distrito Sudeste de Nova York contra o Banco Central do Brasil, procurando, entre outras coisas, estabelecer-se que pensações, o pagamento de juros sobre os juros atrasados não menos de US\$ 59,986,859.22 em juros atrasados sob o Instrumento de Depósito do Acordo Multianual do Brasil, datado de 22 de setembro de 1988 (o "Mydfa"), mais não menos de US\$ 2,677,199.31 em juros sobre os juros atrasados e certas outras quantias. A ação também busca a declaração judicial de que o agente para os emprestadores sob o Mydfa está contratualmente obrigado a declarar uma aceleração do total do principal não pago do Mydfa e todas as outras somas devidas. CIBC Bank and Trust Company (Cayman) Limited é representado nesta ação pela empresa de advogados de Nova York Paul, Weiss, Rifkind, Wharton & Garrison".

O presidente do Banco do Brasil, Alcyr Augustinho Calliari, afirmou ontem em Brasília que "a família Dart entrou na Justiça para discutir o acordo da dívida, como já se esperava, acionando o Banco Central do Brasil e a nós. Como somos o principal credor isolado do Brasil, estamos avaliando a postura, lendo com todo cuidado a forma que escolheram para desdobrar o processo. Eles estão agindo dentro da postura deles, e temos de tomar a nossa. Estamos analisando o que fazer com nossos advogados".

Uma porta-voz do Citibank, Susan Wytanis, distribuiu ontem uma curta nota explicando o envolvimento do banco, que indica o presidente do Comitê Assessor de Bancos para o País: "O Citibank é réu apenas na capacidade técnica como agente do Mydfa. Não se procura nenhuma compensação financeira do Citibank. O processo se aplica ao Citibank na determinação judicial dos direitos dos Dart sob o acordo (isto é, para acelerar o pagamento do principal)".

O conselheiro econômico da embaixada do Brasil em Washington, José Ricardo Alves, que integrou a equipe de negociação do Plano Brady, disse que "nós ainda estamos abertos a negociações com os Dart, embora estejamos preparando nossa defesa judicial. Enviamos à família uma nova proposta de acordo no último dia 10, que continua de pé. A proposta não inclui nenhum instrumento

novo, não altera o equilíbrio já alcançado com os outros credores, mas entendemos que é boa".

Alves nota que a petição dos Dart pede duas coisas. Uma é relativamente menor, o pagamento dos juros atrasados. A outra é a aceleração do pagamento do principal dos Mydfas, cerca de US\$ 1,4 bilhão. Para obter isso, os Dart terão de provar, como dizem, que o Banco do Brasil não é um credor como os outros porque é também um braço do devedor.

"Ora, o Banco do Brasil em nenhum momento recusa qualquer tratamento para o Distrito Sudeste de Nova York contra o Banco Central do Brasil, procurando, entre outras coisas, estabelecer-se que pensações, o pagamento de juros sobre os juros atrasados não menos de US\$ 59,986,859.22 em juros atrasados sob o Instrumento de Depósito do Acordo Multianual do Brasil, datado de 22 de setembro de 1988 (o "Mydfa"), mais não menos de US\$ 2,677,199.31 em juros sobre os juros atrasados e certas outras quantias. A ação também busca a declaração judicial de que o agente para os emprestadores sob o Mydfa está contratualmente obrigado a declarar uma aceleração do total do principal não pago do Mydfa e todas as outras somas devidas. CIBC Bank and Trust Company (Cayman) Limited é representado nesta ação pela empresa de advogados de Nova York Paul, Weiss, Rifkind, Wharton & Garrison".

O presidente do Banco do Brasil, Alcyr Augustinho Calliari, afirmou ontem em Brasília que "a família Dart entrou na Justiça para discutir o acordo da dívida, como já se esperava, acionando o Banco Central do Brasil e a nós. Como somos o principal credor isolado do Brasil, estamos avaliando a postura, lendo com todo cuidado a forma que escolheram para desdobrar o processo. Eles estão agindo dentro da postura deles, e temos de tomar a nossa. Estamos analisando o que fazer com nossos advogados".

Uma porta-voz do Citibank, Susan Wytanis, distribuiu ontem uma curta nota explicando o envolvimento do banco, que indica o presidente do Comitê Assessor de Bancos para o País: "O Citibank é réu apenas na capacidade técnica como agente do Mydfa. Não se procura nenhuma compensação financeira do Citibank. O processo se aplica ao Citibank na determinação judicial dos direitos dos Dart sob o acordo (isto é, para acelerar o pagamento do principal)".